

EDITORIAL 11

A 2 domingo, 30 de maio de 2004

FOLHA DE S. PAULO

ACESSO À UNIVERSIDADE

O GOVERNO federal encaminhou ao Congresso projeto de lei que estabelece novos critérios de acesso ao ensino universitário. São duas propostas básicas. A primeira delas determina que as instituições de ensino superior privadas que usufruem de incentivos fiscais, como as entidades filantrópicas, devem destinar 20% de suas vagas para bolsas de estudo integrais, sem o que perderiam os benefícios a que têm direito.

Com essa medida, o Ministério da Educação (MEC) espera aumentar consideravelmente a oferta de vagas para alunos de baixa renda no ensino superior. O programa também garantiria a contrapartida que, não raro, essas instituições deixam de conceder, recorrendo a subterfúgios como diluir a obrigatoriedade de concessão de bolsas em pequenos "descontos" nas mensalidades.

A segunda proposta do MEC é reservar 50% das vagas de graduação das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio público. A idéia é, mais uma vez, favorecer alunos de menor renda, impossibilitados de frequentar o ensino privado.

A proposta referente à "estatização" de vagas de faculdades e universidades filantrópicas é engenhosa, mas nem por isso deixa de suscitar ponderações. O governo não precisaria necessariamente abdicar dos recursos gastos com a renúncia fiscal. Eles poderiam, em tese, ser recolhidos e destinados ao ensino público. É evidente também que muitos dos estabelecimentos privados, diante da inação governamental, tornaram-se notórios por seu pífio desempenho acadêmico, pela ausência de investimento na produção de conhecimento científico e pela habilidade em burlar os métodos de controle de qualidade.

Mais questionável ainda é pretender corrigir no topo um desvio que começa na base. O problema da democratização do ensino se inicia no ensino fundamental deficiente oferecido pelo Estado, que leva famílias de

classe média a procurar escolas privadas e condena os filhos das mais pobres a uma formação deficiente que os prejudica na disputa por vagas em universidades públicas.

A reserva de vagas para estudantes de escolas públicas não resolve a questão, como também não assegura que os beneficiados sejam os mais pobres —uma vez que não há na proposta um corte por renda. Não é improvável que estudantes menos qualificados de classes mais abastadas migrem para o ensino público visando beneficiar-se da cota. É preciso lembrar que hoje a presença de estudantes egressos do ensino público nas universidades federais já é, em média, de 42%. Os ganhos, portanto, seriam marginais.

Certamente as propostas não agravam a situação —ao contrário, tendem a melhorá-la. Deveriam, contudo, ser vistas pelo ministério apenas como parte de um contexto maior, que está a exigir medidas mais profundas e abrangentes.

Não se pode esquecer de que o papel das universidades não se reduz a formar profissionais para o mercado de trabalho. Essas instituições devem estar voltadas essencialmente à produção científica e à formação de pesquisadores altamente qualificados. Não são, como sugere o nome do programa do governo, "para todos", mas para uma elite intelectual que tem condições de atender às exigências da vida acadêmica. Para que essa elite possa contar com maior presença de representantes das classes de baixa renda, seria preciso dar conta de questões estruturais, algo que não se faz num passe de mágica.

Por outro lado, no ensino superior deve haver instituições que atendam à demanda por formação de bons profissionais para o mercado de trabalho. Assim, seria necessário colocar o debate sobre o desenho de um novo sistema que contemplasse, como ocorre em vários países, opções qualificadas de ensino superior profissionalizante e universidades verdadeiramente de excelência.

EDITORIAL 12

A 2 segunda-feira, 10 de maio de 2004

FOLHA DE S. PAULO

FUNDAÇÕES E FUNDOS

A EXISTÊNCIA de fundações de direito privado na USP, como a Fundação Zerbini, administradora do Instituto do Coração (Incor), e a Fundação Instituto de Administração (FIA), que promove cursos pagos de economia e administração, tem sido motivo de controvérsias ardorosas no interior da universidade.

A relação entre as fundações e a universidade pública é delicada e demanda reflexão. Embora vinculadas à universidade, essas instituições possuem considerável autonomia no que tange aos processos decisórios e aos entraves burocráticos característicos dos órgãos públicos. Essa condição as capacita a imprimir agilidade e dinamismo às suas atividades.

No entanto há suspeitas de que tais instituições violem de várias formas o caráter público da universidade. Uma parcela considerável de alunos e professores é partidária dessa tese e argumenta, por exemplo, que através das fundações entidades privadas interferem indevidamente nas atividades acadêmicas. Além disso, critica-se também o fato de que tais insti-

tuições oferecem cursos pagos nas dependências da USP.

Ocorre que as fundações têm se mostrado lucrativas. Em 2001, prestando serviços a empresas privadas e públicas, elas arrecadaram R\$ 457,8 milhões, valor equivalente a 35% do orçamento total da USP. Diante de dados como esses, fica patente seu potencial para a geração de recursos.

Igualmente evidente é a crise financeira vivida pela universidade. As recorrentes greves de funcionários e professores fornecem uma prova veemente dos estragos causados pela crise. É estranho, nesse contexto, que setores da comunidade universitária sejam irredutivelmente contrários a esses empreendimentos geradores de recursos. As fundações da USP podem e devem servir para ajudar a sanar as finanças da instituição. É claro que será preciso debater e estipular regras que garantam a justa distribuição dos lucros. Contudo negar-se dogmaticamente a lançar mão dessa possibilidade é uma atitude que só pode ser qualificada como conservadora e insensata.

EDITORIAL 13

A 2 segunda-feira, 10 de maio de 2004

FOLHA DE S. PAULO

MORTES NO TRÂNSITO

ONDE NO Brasil o trânsito é mais assassino? Errou quem respondeu São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Acertou quem indicou Boa Vista (RR), Palmas (TO) e Porto Velho (RO). De acordo com relatório divulgado pelo Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade no trânsito em Boa Vista, a maior do país, é de 48 por 100 mil habitantes ao ano. O índice verificado na cidade de São Paulo (o segundo menor entre as capitais) é de 9,5 por 100 mil.

O número de Boa Vista é escandaloso. Ele é superior à taxa de homicídios do Estado de São Paulo, que é de 42 por 100 mil. Já o índice de mortalidade no trânsito ostentado pela capital paulista parece civilizado. Ele é inferior, por exemplo, ao da média da União Européia (11 por 100 mil).

Antes de comemorar, contudo, convém lembrar que a mortalidade relativamente baixa não é sinônimo de bom comportamento dos motoristas. Tampouco significa que ocorram poucos acidentes em São Paulo. O fenômeno está relacionado à pre-

cariedade do fluxo. Os congestionamentos diuturnos da cidade diminuem as possibilidades de que carros desenvolvam velocidades fatais.

É claro que seria algo injusto atribuir apenas à lentidão o bom número paulistano. Não se podem deixar de registrar os esforços das autoridades ao longo dos últimos anos. A obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e a redução da velocidade pela instalação de radares tiveram um efeito não-desprezível sobre as taxas não só de mortalidade, mas também de ferimentos.

E é justamente a ausência dos esforços de controle do trânsito, ao lado de uma infra-estrutura precária e das altas velocidades, entre outros fatores, que explica os índices assassinos de capitais da região Norte.

O ranking da mortalidade funciona assim como mais um devastador indicio de que precisamos seguir apostando em soluções como radares e lombadas eletrônicas. Mais do que aborrecer motoristas, isso significa preservar vidas humanas.

+

EDITORIAL 14

A 2 segunda-feira, 10 de maio de 2004

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CHANCE PERDIDA

OS SINAIS de aquecimento do mercado de trabalho nos EUA foram reforçados nos últimos dias. A abertura de vagas no mês de abril foi bem maior do que esperava o mercado. Além disso, os dados relativos aos meses anteriores foram revistos para cima, sinalizando que o prolongado período de contração do emprego realmente ficou para trás. Ficou reforçada a impressão de que em breve terá início um processo de aumento da taxa de juros básica pelo Fed (o banco central norte-americano). Ao lado disso, o preço internacional do petróleo voltou a subir.

O impacto dessas notícias sobre o mercado financeiro brasileiro foi relevante. Diante da perspectiva de que atrair capitais do exterior ficará mais difícil, o dólar subiu e os títulos da dívida externa caíram.

É claro que esses movimentos são incômodos e não ajudam a consolidar as perspectivas, ainda frágeis, de aceleração do crescimento no Brasil. Mas não chegam a constituir uma surpresa: era previsível que em algum momento o quadro internacio-

nal se tornaria menos favorável.

Desde o segundo trimestre do ano passado, o contexto externo manteve-se extremamente propício à recuperação das contas externas do país: os juros internacionais situavam-se em nível excepcionalmente baixo, facilitando a atração de capitais, e o crescimento da demanda internacional havia ganhado ímpeto, ajudando na expansão das exportações brasileiras e na elevação de seus preços. Mas a persistência por muito mais tempo dessa combinação de juros muito baixos e crescimento em aceleração era improvável.

É de lamentar que as facilidades que agora se estreitam não tenham sido mais bem aproveitadas. Menos mal que a razão que levava o Fed a manter a sua taxa de juros básica tão baixa, isto é, o temor de que a economia norte-americana pudesse voltar a entrar em recessão, esteja sendo superada. Uma recaída recessiva dos EUA seria mais deletéria para as perspectivas da economia brasileira do que o movimento de alta dos juros internacionais que se prenuncia.